

**ANEXO B – APÊNDICE 1 – ADENDA P
INFRAESTRUTURAS, USOS E ATIVIDADES -
RECREIO, DESPORTO E TURISMO**

Atualização janeiro 2015

**INFRAESTRUTURAS, USOS E
ATIVIDADES**

INFRAESTRUTURAS, USOS E ATIVIDADES (RECREIO, DESPORTO E TURISMO)

Enquadramento na Estratégia Nacional para o Mar

DED2-AP2-PA5241

DED2 - Infraestruturas, Usos e Atividades

AP2 - Náutica de Recreio, Desporto e Turismo Náutico

Efeitos:

#1 - Fortalecimento da náutica, internacionalizada e enraizada em todo o território, sendo geradora de emprego sustentável e especializado

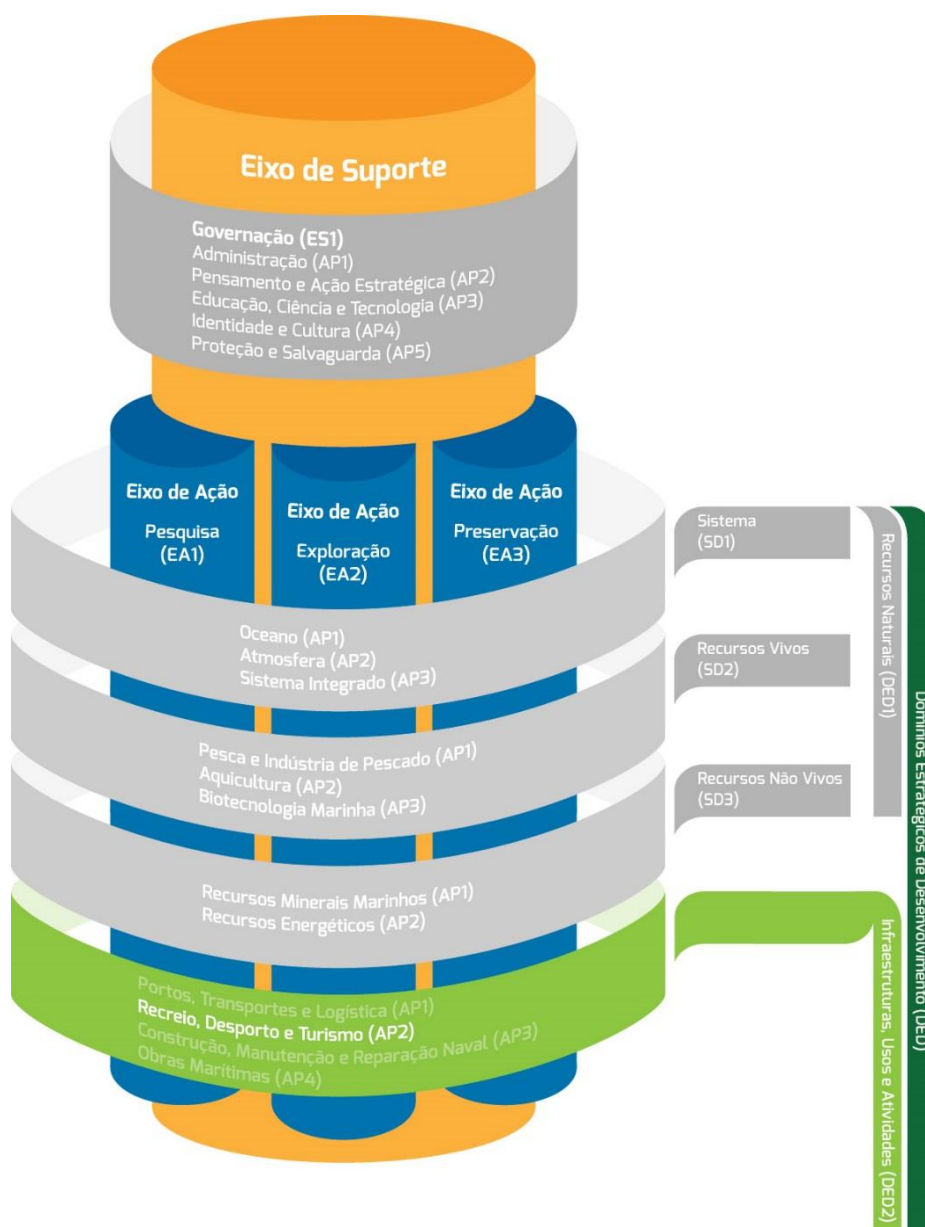
#2 - Sociedade empenhada em promover o acesso ao mar e o seu uso através da náutica, num contexto de lazer e desporto, incluindo alta competição

#3 - Desenvolvimento da náutica luso-atlântica como um destino

#4 - Desenvolvimento de uma imagem forte da maritimidade de Portugal e da Europa

RECREIO, DESPORTO E TURISMO

Portugal Náutico	
	Clubes do Mar
	Polos do Mar - componente náutica
	Eventos Desportivos
	Embarcações Tradicionais
	Pesca Lúdica
	Mergulho para Todos



Programa de Ação

Portugal Náutico

P5241103 - Clubes do Mar
P5241104 - Polos de Mar – componente náutica
P5241105 - Eventos Desportivos
P5241106 - Embarcações Tradicionais
P5241107 - Pesca Lúdica
P5241108 – Mergulho para Todos

Objetivos

- Promover através da concretização do “Programa de Ação Portugal Náutico” um conjunto de projectos nacionais, regionais e locais, podendo envolver a cooperação internacional, inter-regional e transfronteiriça, sendo coordenados no âmbito da Estratégia Nacional para o Mar e integrando na mesma, sempre que aplicável, os projectos executados no quadro da Estratégia Marítima da União Europeia para a Área do Atlântico (EMUEAA), da CPLP, projetos de cooperação e outros de âmbito bilateral.

Desenvolvimento: Este programa tem como objetivo impulsionar e desenvolver a náutica nas vertentes de recreio, educação, desporto, cultura e turismo, e o respectivo respaldo económico, integrando uma rede de apoios náuticos em zonas estratégicas do país, com forte intervenção territorial e incluindo plataformas que permitam potenciar a construção, a comercialização de meios e equipamentos.

Entidade Coordenadora

Direção-Geral de Política do Mar (DGPM) - MAM

Entidades Participantes - Equipa Técnica Especializada

Ministério da Defesa Nacional (MDN)

- Marinha Portuguesa / Escola Naval
- Direção-Geral de Autoridade Marítima (DGAM)

Ministério da Administração Interna (MAI)

- Guarda Nacional Republicana (GNR)

Ministério da Economia (ME)

- Turismo de Portugal (TP)

Ministério do Ambiente, Ordenamento do Território e Energia (MAOTE)

- Agência Portuguesa do Ambiente (APA)
- Comissões Coordenação e Desenvolvimento Regional (CCDR)

Ministério da Agricultura e do Mar (MAM)

- Direção-Geral de Política do Mar (DGPM) - Coordenação
- Direção-Geral de Recursos Naturais, Segurança e Serviços Marítimos (DGRM)
- Instituto Português do Mar e da Atmosfera (IPMA)
- Instituto de Conservação da Natureza e das Florestas (ICNF)
- Docapesca

Ministério da Saúde (MS)

Ministério da Educação e Ciência (MEC)

- Agência Nacional para a Qualificação e o Ensino Profissional (ANQEP)

Ministério da Solidariedade, Emprego e Segurança Social (MSESS)

Presidência do Conselho de Ministros (PCM)

- Instituto Português do Desporto e Juventude (IPDJ)
- Municípios

Governo Regional dos Açores (GRA)

Governo Regional da Madeira (GRM)

Outras entidades

- Administrações Portuárias
- Agência Independente do Desporto e do Mar (AIDEM)
- Aporvela
- Associação Nacional de Cruzeiros (ANC)
- *Disabled Diver International* (DDI)
- Federações e Associações de apoio aos desportos náuticos
- Fórum Empresarial para a Economia do Mar (FEEM)
- Instituições de ensino públicas e privadas
- Instituições e empresas de desportos náuticos
- Intercéltica
- OCEANO XXI
- Outras entidades identificadas como necessárias ao longo dos projetos

Resultados Esperados

- Uma economia do mar envolvendo uma forte componente náutica, internacionalizada e enraizada em todo o território nacional, geradora de emprego sustentável e de alta qualidade;
- Uma sociedade empenhada em promover o acesso ao mar e o seu uso através da náutica;
- O desenvolvimento da náutica luso-atlântica como um destino;
- O desenvolvimento de uma imagem forte da maritimidade de Portugal e da Europa;
- Uma governação moderna para a náutica.

Calendarização

2013-2016 (em fase de planeamento)

Fontes de Financiamento

Financiamento Nacional:
OE

Financiamento Comunitário:
Programa Espaço Atlântico, QEC 2014-20

INFRAESTRUTURAS, USOS E ATIVIDADES (RECREIO, DESPORTO E TURISMO)

Enquadramento na Estratégia Nacional para o Mar

DED2-AP2-PA5241-P5241103

DED2 - Outros Usos e Atividades

AP2 - Náutica de Recreio, Desporto e Turismo Náutico

Efeito(s) - #2

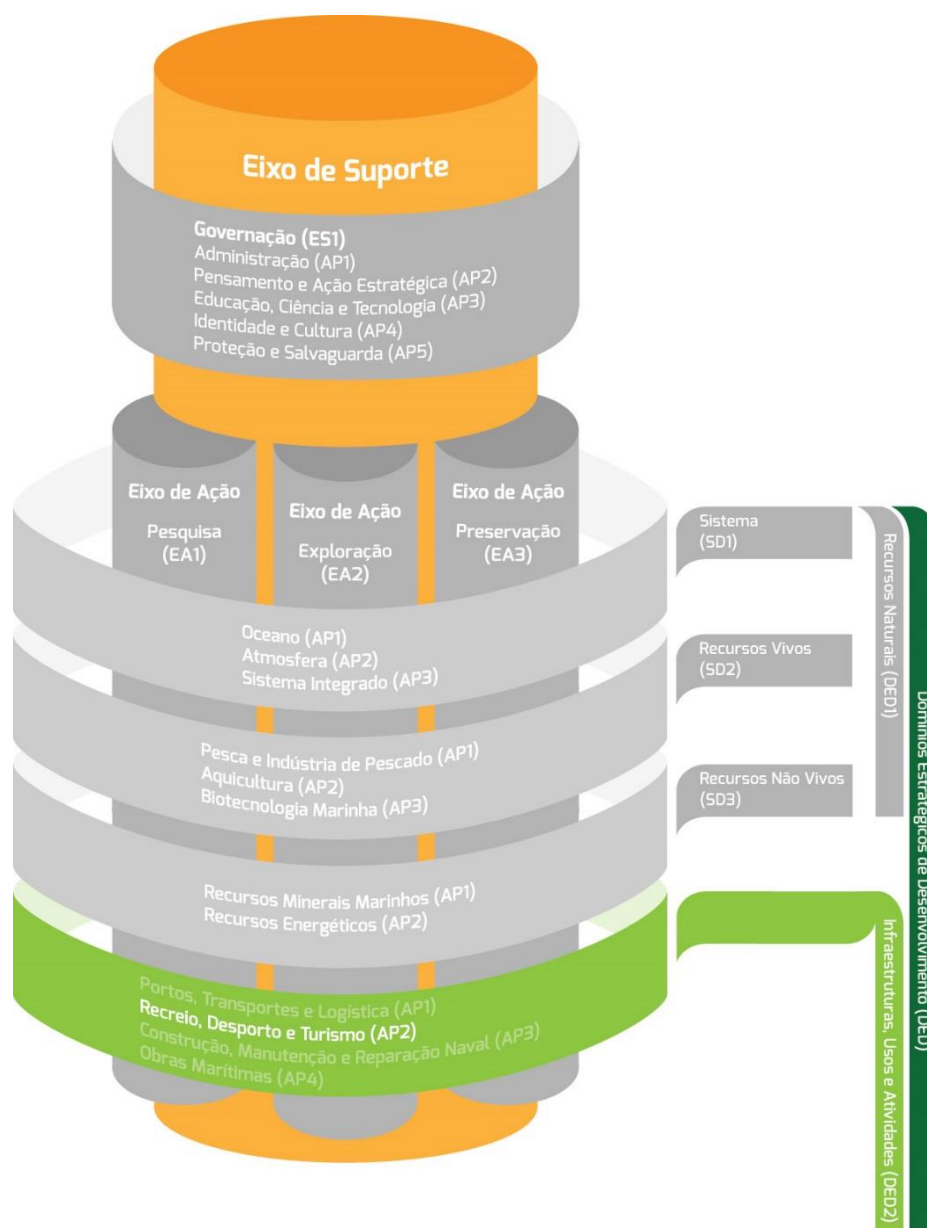
PA- Portugal Náutico

DED2 - INFRAESTRUTURAS, USOS E ATIVIDADES

RECREIO, DESPORTO E TURISMO

Portugal Náutico

Clubes do Mar



Previsto	Planeamento	Aguarda Execução	Execução
----------	-------------	------------------	----------

Projeto

Clubes do Mar

Objetivos

- Apoiar o desenvolvimento dos clubes náuticos;
- Contribuir para a educação dos jovens e a sua formação, através de atividades escolares ligadas à náutica (Classes de Mar);
- Apoiar, através das atividades náuticas, iniciativas que visam sensibilizar a população para os temas ligados ao Mar;
- Familiarizar os jovens com a prática da vela oceânica;
- Implementar uma monitorização do ambiente marinho e da biodiversidade suportada em atividades dos jovens e do seu contacto com o Mar;
- Contribuir para a sensibilização dos jovens acerca da náutica e das carreiras profissionais ligadas ao Mar, fora da moldura dos currícula escolares e para a educação dos jovens acerca do Mar.

Entidade Coordenadora

Direção-Geral da Educação (DGE) – MEC

Entidades Participantes - Equipa Técnica Especializada

Ministério do Ambiente, Ordenamento do Território e Energia (MAOTE)

- Agência Portuguesa do Ambiente (APA)
- Comissões Coordenação e Desenvolvimento Regional (CCDR)

Ministério da Agricultura e do Mar (MAM)

- Direção-Geral de Política do Mar (DGPM)

Ministério da Saúde (MS)

Ministério da Educação e Ciência (MEC)

- Agência Nacional para a Qualificação e o Ensino Profissional (ANQEP)
- Direção-Geral da Educação (DGE) - Coordenação
- Direção-Geral dos Estabelecimentos Escolares (DGEstE)

Ministério da Solidariedade, Emprego e Segurança Social (MSESS)

Presidência do Conselho de Ministros (PCM)

- Instituto Português do Desporto e Juventude (IPDJ)
- Municípios

Governo Regional da Madeira (GRM)

Governo Regional dos Açores (GRA)

Outras entidades

- Agência Independente do Desporto e do Mar (AIDEM)
- Aporvela
- Federações e associações de apoio aos desportos náuticos
- Fórum Empresarial para a Economia do Mar (FEEM)
- Instituições de ensino públicas e privadas
- Instituições e empresas de desportos náuticos
- Intercéltica
- OCEANO XXI
- Outras entidades identificadas como necessárias ao longo do projeto

Tarefas

1. Desenvolver programas de treino e formação de voluntários para apoio à promoção de actividades que incentivam o contacto com o Mar;
2. Democratizar o acesso ao Mar;
3. Promover as necessárias competências na área da formação dos docentes com abrangência curricular alargada.
4. Apetrechar os clubes de desportos náuticos/grupos de voluntários com instrumentos para promover oportunidades e projetos de carreira junto dos jovens;
5. Incentivar a prática dos desportos náuticos junto da população que habita em zonas desfavorecidas;
6. Desenvolver programas de intercâmbio entre clubes náuticos e estabelecimentos de ensino para participação em competições desportivas e atividades marítimo-culturais;
7. Implementação de ciclos/campanhas de sensibilização para a náutica e para as profissões ligadas ao Mar;
8. Promover a descoberta da náutica, das profissões do Mar, do ambiente marinho e do património marítimo;
9. Promover a supervisão da manobra e gestão da monitorização ambiental e da biodiversidade, a bordo, em parceria com universidades e organizações ambientalistas;
10. Promover o intercâmbio de jovens em cruzeiros multinacionais.

Resultados Esperados

- Criar uma rede de clubes de Mar em todo o território nacional, equipados e qualificados;
- Ter uma população jovem e a sociedade em geral consciente da importância do mar e das actividades náuticas e disponível para a prática dessas actividades;
- Maior facilidade de acesso ao Mar.

Calendarização

2013-2016 (em fase de planeamento)

Custos e Fontes de Financiamento

Financiamento Nacional:
OE

Financiamento Comunitário:
Programa Espaço Atlântico, QEC 2014-20

Produtos concretizados

INFRAESTRUTURAS, USOS E ATIVIDADES (RECREIO, DESPORTO E TURISMO)

Enquadramento na Estratégia Nacional para o Mar

DED2-AP2-PA5241-P5241104

DED2 - Infraestruturas, Usos e Atividades

AP2 - Náutica de Recreio, Desporto e Turismo Náutico

Efeito(s) - #1, #2, #3, #4

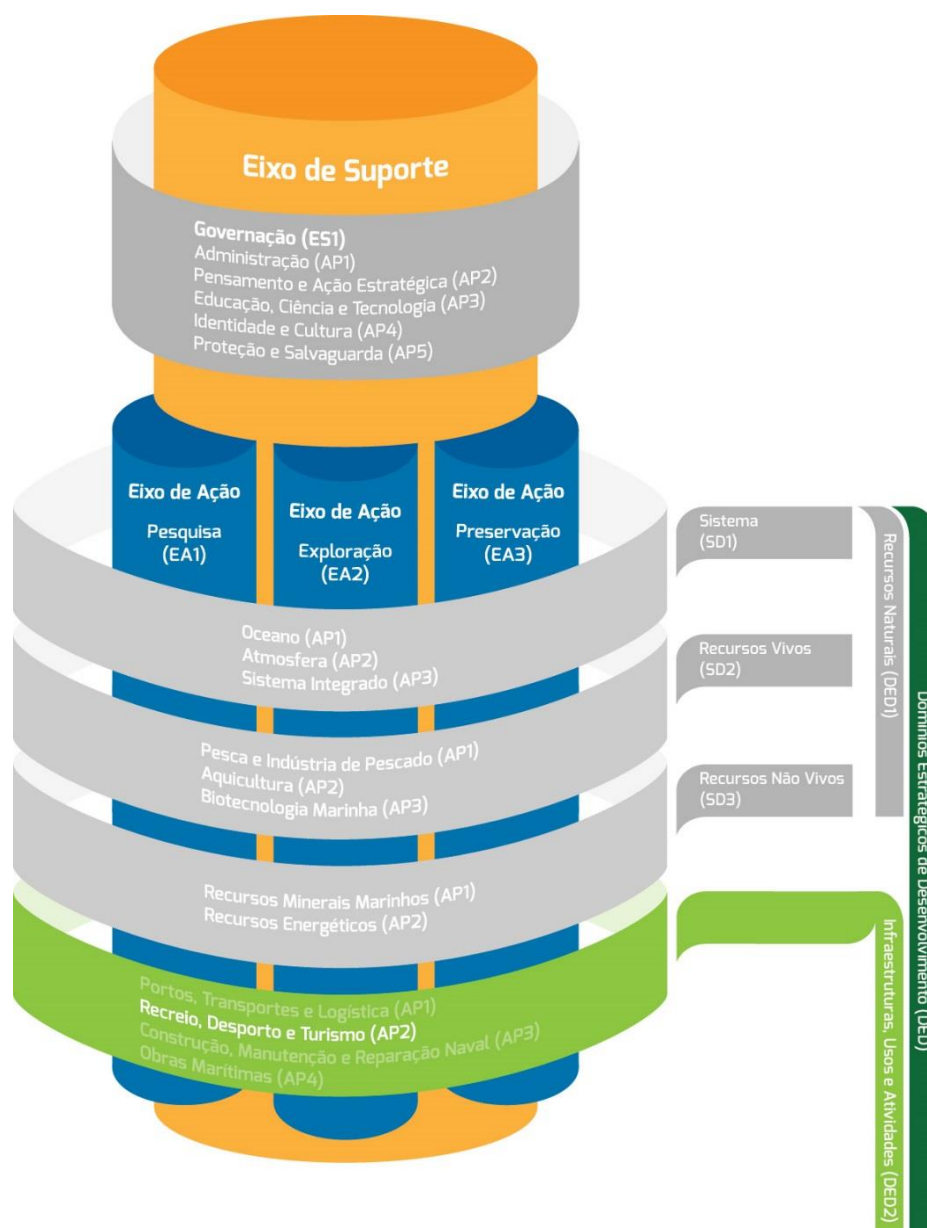
PA- Portugal Náutico

DED2 - INFRAESTRUTURAS, USOS E ATIVIDADES

RECREIO, DESPORTO E TURISMO

Portugal Náutico

Polos do Mar - componente náutica



Previsto	Planeamento	Aguarda Execução	Execução
----------	-------------	------------------	----------

Projeto

Polos do Mar – componente náutica

Objetivos

- Criar uma rede nacional de polos de mar, com componentes náuticas, permitindo tirar partido das sinergias regionais e locais e promover a coesão territorial e a qualidade da oferta e desta forma fortalecer a imagem nacional ligada à náutica e a todas as atividades que esta envolve (ex. serviços, investigação e formação).
- Criar uma rede de centros de atividades náuticas, de excelência em termos de infra-estruturas, energia e qualidade ambiental, multiuso, e com capacidade e qualidade para recepção de todo o tipo de público, incluindo adaptação para utilização por público com mobilidade condicionada (Centros Atlânticos de Atividades Náuticas);
- Incrementar a atividade turística associada à náutica no Mar-Portugal/Atlântico;
- Promover as futuras motorizações nos centros náuticos e nas marinas; supervisão das atividades, passeios-natureza, descoberta do ambiente marinho, e aluguer;
- Apoiar a instalação e ampliação das capacidades de produção; fortalecimento da supervisão; formação e treino neste setor de negócios;
- Apoiar a exportação de equipamento, produtos e serviços, e conhecimento.

Entidade Coordenadora

Direção-Geral de Política do Mar (DGPM) – MAM

Entidades Participantes - Equipa Técnica Especializada

Ministério da Defesa Nacional (MDN)

- Marinha Portuguesa / Escola Naval

Ministério da Economia (ME)

- Turismo de Portugal (TP)

Ministério do Ambiente, Ordenamento do Território e Energia

- Agência Portuguesa do Ambiente (APA)

- Comissões Coordenação e Desenvolvimento Regional (CCDR)

Ministério da Agricultura e do Mar (MAM)

- Direção-Geral de Política do Mar (DGPM) - Coordenação

- Direção-Geral de Recursos Naturais, Segurança e Serviços Marítimos (DGRM)

- Docapesca

Ministério da Educação e Ciência (MEC)

- Agência Nacional para a Qualificação e o Ensino Profissional (ANQEP)

Ministério da Solidariedade, Emprego e Segurança Social (MSESS)

Presidência do Conselho de Ministros (PCM)

- Instituto Português do Desporto e Juventude (IPDJ)

- Gabinete do Secretário de Estado da Cultura (SEC)

- Municípios

Governo Regional da Madeira (GRM)

Governo Regional dos Açores (GRA)

Outras entidades

- Agência Independente do Desporto e do Mar (AIDEM)

- Aporvela

- Federações e associações de apoio aos desportos náuticos

- Fórum Empresarial para a Economia do Mar (FEM)

- Instituições de ensino públicas e privadas

- Instituições e empresas de desportos náuticos

- Intercéltica

- OCEANO XXI

- Outras entidades identificadas como necessárias ao longo do projeto

Tarefas

1. Promover de forma continuada a mediatização das atividades marítimas junto da sociedade portuguesa através da náutica;
2. Promover os desportos ligados ao mar como elemento diferenciador da oferta turística;
3. Criar as condições para o melhor aproveitamento do mar e zona costeira, apostando na qualidade e diversidade da oferta dos produtos e criar complementaridade com outros setores, designadamente a componente da formação e investigação, permitindo fortalecer a economia e a oferta turística associada ao Mar e à náutica;
4. Identificar os parceiros regionais e locais para dinamizar a criação da componente náutica dos polos de mar;
5. Identificar os locais, à escala nacional, com melhor aptidão para a localização de componentes náuticas dos polos de mar;
6. Identificar as especificidades regionais e as sinergias e complementaridades funcionais e temáticas a estabelecer ao nível da rede de polos de mar;
7. Estabelecer uma proposta para a implementação dos polos de mar no que respeita à componente náutica.
8. Apoiar a inovação (novas portas de entrada por mar e melhoria das acessibilidades);
9. Constituir uma gama de produtos de alta-qualidade com a etiqueta Portugal-Náutico/Atlântico-Náutico;
10. Criação de Guias de Turismo Náutico contendo roteiros nas vertentes natureza e cultura (por Regiões);
11. Desenvolver redes marinhas e assegurar a sua coordenação multinacional;
12. Melhorar segurança conforto da navegação, pontos de amarração;
13. Criar condições para facilitar a entrada e saída da água e a alagem de embarcações;
14. Promoção de parcerias internacionais (incluindo a CPLP);
15. Promoção da invernagem em Portugal;
16. Tornar a oferta competitiva;
17. Integração com a economia das cidades;
18. Implementação de novas infra-estruturas, ou reabilitação de estruturas existentes.

Resultados Esperados

Criação de uma rede nacional de polos de mar integrando a componente náutica.

- Melhoria da qualidade de serviços, incluindo os serviços de manutenção e reparação;
- Melhoria das condições de acesso à água (pessoas e embarcações);
- Tornar o mercado nacional competitivo no espaço Europeu e Mundial;
- Infra-estruturas de apoio à náutica qualificada (e reconvertidas) integrada numa rede nacional de portos e marinhas com uma coordenação integrada;
- Integração da rede de portos e marinhas num contexto alargado de roteiros nacionais em estreita articulação com o turismo;
- Qualificação dos territórios ribeirinhos numa ótica da promoção do turismo.

Calendarização

2013:

Identificação dos locais, especificidades e parceiros

2014 – 2015

Estabelecer a primeira fase dos Polos de Mar (2)

2015 – 2016:

Estabelecer a segunda fase dos Polos de Mar (3)

Custos e Fontes de Financiamento

Financiamento Nacional:

OE

Financiamento Comunitário:

Programa Espaço Atlântico, QEC 2014-2020

Produtos concretizados

INFRAESTRUTURAS, USOS E ATIVIDADES (RECREIO, DESPORTO E TURISMO)

Enquadramento na Estratégia Nacional para o Mar

DED2-AP2-PA5241-P5241105

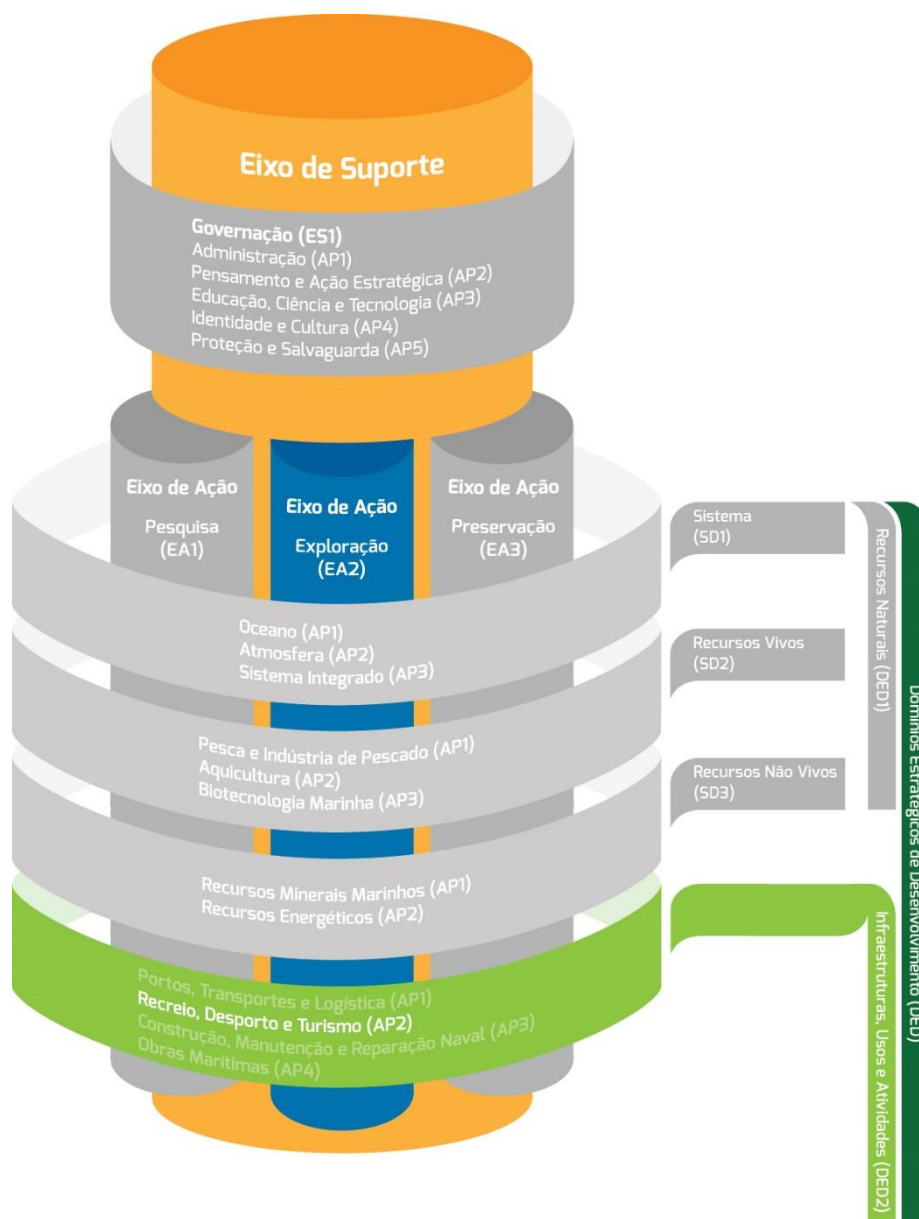
DED2 - Infraestruturas, Usos e Atividades
AP2 - Náutica de Recreio, Desporto e Turismo Náutico
Efeito(s) - #4
PA03 - Portugal Náutico

DED2 - INFRAESTRUTURAS, USOS E ATIVIDADES

RECREIO, DESPORTO E TURISMO

Portugal Náutico

Eventos Desportivos



Previsto	Planeamento	Aguarda Execução	Execução
----------	-------------	------------------	----------

Projeto

Eventos Desportivos

Objetivos

- Contribuir para desenvolver uma imagem náutica e marítima do Mar-Portugal/Área do Atlântico, para que possa ser uma referência para a prática mundial de vela, windsurf, surf, canoagem e remo;
- Desenvolver uma imagem náutica e marítima do Mar-Portugal/Área do Atlântico, transformando-o num centro mundial de regatas de vela oceânica (de tripulações e solitários, e de alta tecnologia);
- Transformar o Mar-Portugal/Área Atlântica no local de eleição para o desporto náutico, património cultural e eventos com *apport* económico.

Entidade Coordenadora

Instituto Português do Desporto e Juventude (IPDJ) - PCM/SEDJ

Entidades Participantes - Equipa Técnica Especializada

Ministério da Economia (ME)

Ministério do Ambiente, Ordenamento do Território e Energia (MAOTE)

- Agência Portuguesa do Ambiente (APA)
- Comissões Coordenação e Desenvolvimento Regional (CCDR)

Ministério da Agricultura e do Mar (MAM)

- Direção-Geral de Política do Mar (DGPM)

Ministério da Saúde (MS)

Ministério da Educação e Ciência (MEC)

Ministério da Solidariedade, Emprego e Segurança Social (MSESS)

Presidência do Conselho de Ministros (PCM)

- Instituto Português do Desporto e Juventude (IPDJ)
- Municípios

Governo Regional dos Açores (GRA)

Governo Regional da Madeira (GRM)

Outras entidades

- Agência Independente do Desporto e do Mar (AIDEM)
- Aporvela
- Federações e associações de apoio aos desportos náuticos
- Fórum Empresarial para a Economia do Mar (FEEM)
- Instituições de ensino públicas e privadas
- Instituições e empresas de desportos náuticos
- Intercélica
- OCEANO XXI
- Outras entidades identificadas como necessárias ao longo do projeto

Tarefas

1. Conferência bienal sobre a implementação do projeto (2014, 2016, 2018, 2020);
2. Fazer dos Jogos do Atlântico um evento náutico com cobertura mundial;
3. Captação para Portugal de provas de alto-nível e tradição náutica (ex.: Taça da América, *Volvo Ocean Race*, *Rip Curl*, *Tall Ships Race*, *La Route des Princes*, *Course do Large*)

Resultados Esperados

Colocação de Portugal no calendário dos eventos náuticos internacionais de grande visibilidade.

Calendarização

2013-2016

Custos e Fontes de Financiamento

Financiamento Nacional:
OE

Financiamento Comunitário:
Programa Espaço Atlântico, QEC 2014-2020

Produtos concretizados

INFRAESTRUTURAS, USOS E ATIVIDADES (RECREIO, DESPORTO E TURISMO)

Enquadramento na Estratégia Nacional para o Mar

DED2-AP2-PA5241-P5241106

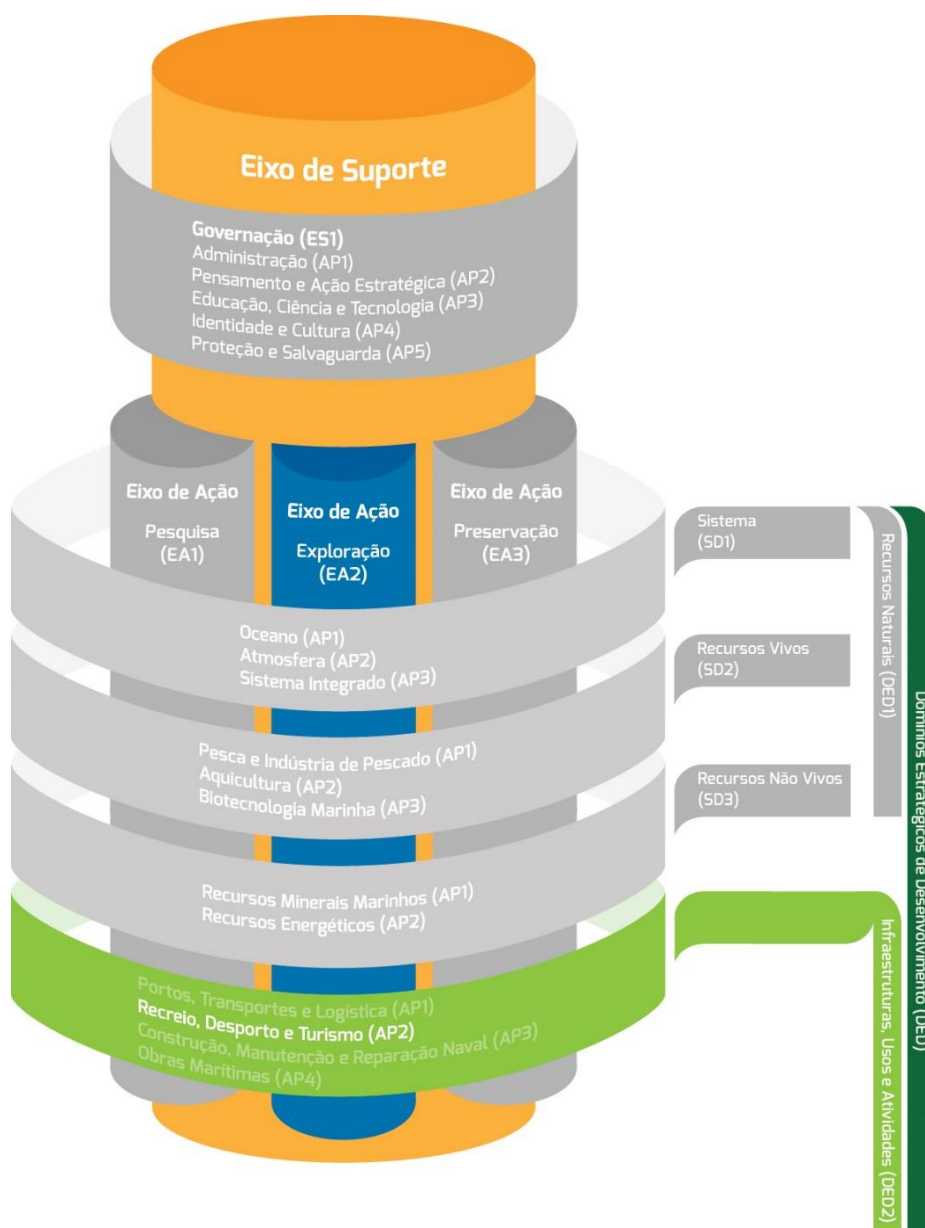
DED2 – Infraestruturas, Usos e Atividades
AP2 - Náutica de Recreio, Desporto e Turismo Náutico
Efeito(s) - #4
PA03 - Portugal Náutico

DED2 - INFRAESTRUTURAS, USOS E ATIVIDADES

RECREIO, DESPORTO E TURISMO

Portugal Náutico

Embarcações Tradicionais



Previsto	Planeamento	Aguarda Execução	Execução
----------	-------------	------------------	----------

Projeto

Embarcações Tradicionais

Objetivos

- Reconhecimento do interesse nacional e regional das embarcações tradicionais como testemunho das vivências das comunidades ribeirinhas e parte da identidade nacional marítima;
- Criação de condições para a utilização das embarcações tradicionais no desempenho da atividade marítimo-turística;
- Criação de condições para a promoção das profissões ligadas à construção naval e de novas oportunidades para os jovens, num quadro de promoção da coesão social;

Entidade Coordenadora

Direção-Geral de Política do Mar (DGPM) - MAM

Entidades Participantes - Equipa Técnica Especializada

Ministério da Economia (ME)

- Turismo de Portugal (TP)

Ministério do Ambiente, Ordenamento do Território e Energia (MAOTE)

- Agência Portuguesa do Ambiente (APA)
- Comissões Coordenação e Desenvolvimento Regional (CCDR)

Ministério da Agricultura e do Mar (MAM)

- Direção-Geral de Política do Mar (DGPM) - Coordenação
- Direção-Geral de Recursos Naturais, Segurança e Serviços Marítimos (DGRM)
- Instituto da Conservação da Natureza e Florestas (ICNF)

Ministério da Educação e Ciência (MEC)

- Agência Nacional para a Qualificação e o Ensino Profissional (ANQEP)

Ministério da Solidariedade, Emprego e Segurança Social (MSESS)

Presidência do Conselho de Ministros (PCM)

- Instituto Português do Desporto e Juventude (IPDJ)
- Municípios

Governo Regional dos Açores (GRA)

Governo Regional da Madeira (GRM)

Outras entidades

- Administrações Portuárias
- Instituições de ensino públicas e privadas
- Outras entidades identificadas como necessárias ao longo do projeto

Tarefas

1. **Conceptualização** do projeto-piloto, definição da incidência geográfica e identificação dos parceiros e principais beneficiários do projeto.
Preparação de um acordo envolvendo a Administração do Porto de Lisboa (APL), DGPM, Câmara Municipal de Lisboa (CML), e os restantes municípios do Estuário do Tejo mais representativos, a Associação de Turismo de Lisboa (ATL) o Turismo de Portugal, e representante das embarcações tradicionais do Tejo.
2. **Enquadramento administrativo e legislativo** das embarcações tradicionais atenta ao quadro legal em vigor e a possibilidade da sua utilização na atividade marítimo-turística. Identificação dos constrangimentos e oportunidades, apresentação de uma proposta de alteração dos instrumentos legais em vigor.
Criação de um grupo de trabalho para apresentação de uma proposta, envolvendo representantes dos proprietários das embarcações tradicionais.
3. **Criação de Rotas e Guias de Apoio** para os percursos promovendo a vivência e o contacto com os valores ambientais e culturais e das populações ribeirinhas, recriando as dinâmicas e a ligação entre margens e entre o meio rural e urbano num quadro atual.
Promoção do turismo natureza e do turismo náutico.
Criação de uma proposta para a área abrangida pelo projeto piloto (Tejo).
4. **Dinamização dos Estaleiros** através da promoção e fortalecimento das ligações com a comunidade local e com as escolas, com o intuito de fomentar a sensibilização dos jovens para os ofícios de carpintaria e outros ligados à arte da construção naval, podendo ser, no futuro, capitalizados para a reparação das embarcações tradicionais.

Resultados Esperados

- Valorização das embarcações tradicionais através da sua utilização no exercício da atividade marítimo-turística, permitindo diversificar as fontes de rendimento e abrindo a possibilidade a novas oportunidades e a coesão social e promoção das profissões do mar.
- Divulgação dos valores naturais através da visitação e do contato com as áreas de interesse patrimonial, para a conservação da natureza e ambiente marinho, e do desenvolvimento de atividades de sensibilização, interpretação e educação ambiental - Criação de Rotas e Guias de apoio
- Promoção da divulgação dos valores identitários das populações ribeirinhas e do património marítimo, através da criação de redes locais e regionais e pela participação alargada em eventos náuticos.

Calendarização

2013-2016 (em fase de planeamento)

Custos e Fontes de Financiamento

Financiamento Nacional:
OE

Financiamento Comunitário:
PROMAR, FEAMP
FEEI – 3.000.000,00€

Produtos concretizados

INFRAESTRUTURAS, USOS E ATIVIDADES (RECREIO, DESPORTO E TURISMO)

Enquadramento na Estratégia Nacional para o Mar

DED2-AP2-PA5241-P5241107

DED2 - Infraestruturas, Usos e Atividades

AP2 - Náutica de Recreio, Desporto e Turismo Náutico

Efeito(s) - #2

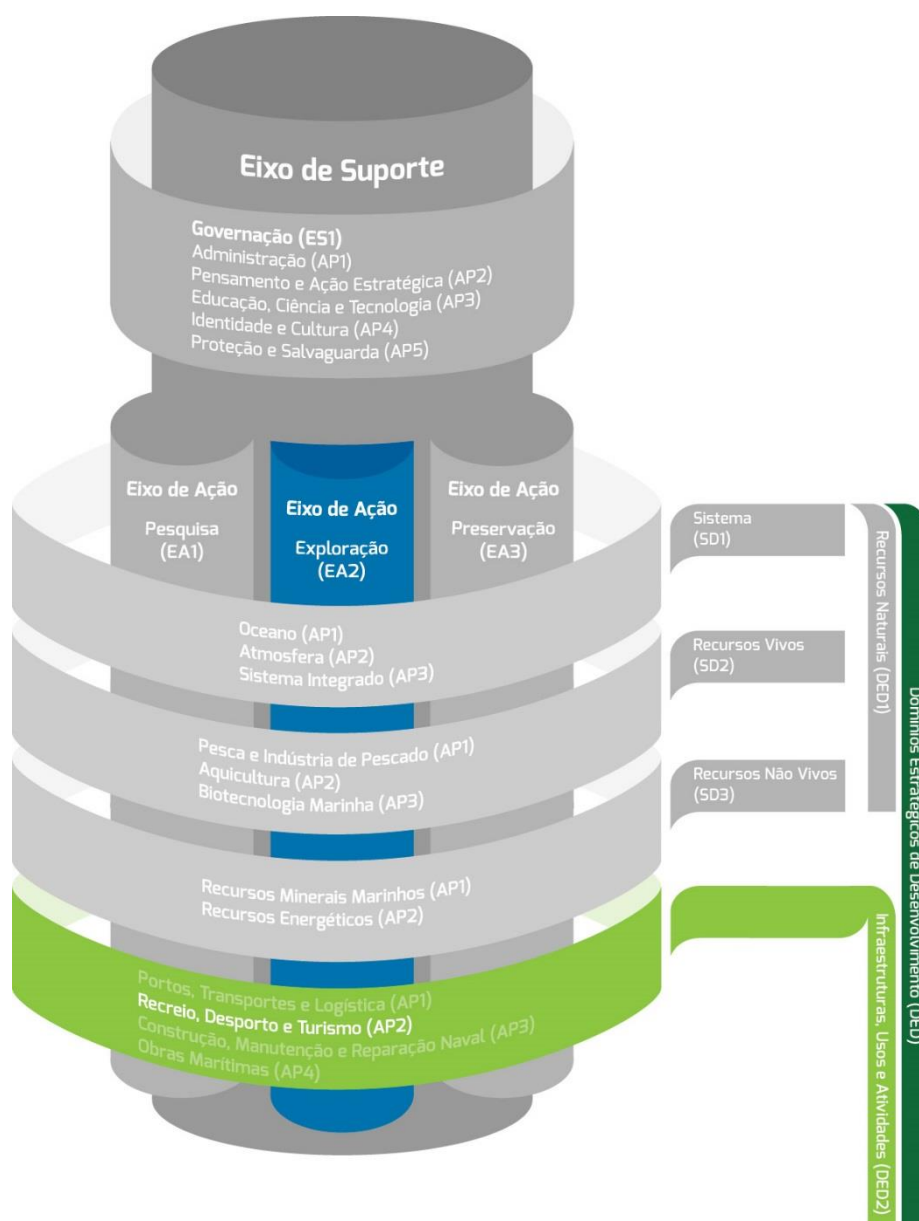
PA - Portugal Náutico

DED2 - INFRAESTRUTURAS, USOS E ATIVIDADES

RECREIO, DESPORTO E TURISMO

Portugal Náutico

Pesca Lúdica



Previsto	Planeamento	Aguarda Execução	Execução
----------	-------------	------------------	----------

Projeto

Pesca Lúdica

Objetivos

- Criar condições para que a licença de pesca lúdica deixe de ter existência física (papel), passando a ser constituída por um registo eletrónico, com base no número do documento de identificação do titular (Bilhete de identidade, Cartão de Cidadão, Passaporte), verificável por SMS e/ou por consulta do portal da DGRM.
- Manter a possibilidade de qualquer utente solicitar, pagar e adquirir uma licença de pesca lúdica num único ato através do sistema de redes de multibanco (SIBS),
- Possibilitar, a qualquer utente a possibilidade de, através de um terminal (computador, telemóvel, etc.) com acesso à internet, solicitar, pagar e adquirir uma licença de pesca, fornecendo apenas o tipo e número do documento de identificação;
- Criar um processo que permita às entidades de fiscalização e controlo, através de um SMS ou por consulta do portal da DGRM, verificar se para determinado tipo e número de documento de identificação, existe uma licença de pesca lúdica emitida;
- Criar condições que permitam aos titulares de licença de pesca lúdica consultarem as características da sua licença, nomeadamente o prazo de validade, por SMS e/ou através do portal da DGRM e, voluntariamente, completar o respetivo registo com dados adicionais (nome, e-mail de contacto, etc.).

Entidade Coordenadora

Direção-Geral de Recursos Naturais, Segurança e Serviços Marítimos (DGRM) - MAM

Entidades Participantes- Equipa Técnica Especializada

Ministério da Defesa Nacional (MDN)
- Direção-Geral da Autoridade Marítima (DGAM)

Ministério da Administração Interna
- Guarda Nacional Republicana (GNR)

Ministério da Economia (ME)
- Turismo de Portugal (TP)

Ministério da Agricultura e do Mar (MAM)
- Direção-Geral de Recursos Naturais, Segurança e Serviços Marítimos (DGRM) - Coordenação
- Direção-Geral de Política do Mar (DGPM)
- Instituto Português do Mar e da Atmosfera (IPMA)
- Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas (ICNF)

Tarefas

1. Analisar o sistema em vigor, elaborar propostas de alteração legislativa e preparar a articulação com os sistemas informáticos (SI2P, SIBS, SIFICAP/MONICAP);
2. Desenvolver sistema de recolha de informação relativa à emissão de licenças e sistema SMS para pesquisa / informação sobre licenças emitidas;
3. Desenvolver sistema de consulta das licenças em vigor para os titulares, através do Portal da DGRM;
4. Analisar, testar e implementar soluções desenvolvidas.

Resultados Esperados

- Criar condições para que todos os utentes (nacionais e estrangeiros) possam dispor de uma licença de pesca lúdica a partir de um terminal próximo de si, preferencialmente na sua residência;
- Diminuir o desperdício de papel e simplificar os processos para o cliente final;
- Garantir que a informação relativa aos titulares de licença de pesca lúdica está sempre acessível aos próprios e às entidades de fiscalização e controlo;
- Melhorar a qualidade da informação recolhida;
- Reduzir custos de emissão das licenças quer para o estado, quer para o cliente final.

Calendarização

2013

Tarefas 1,2 e 3

2013 - 2014

Tarefa 4

Custos e Fontes de Financiamento

Financiamento Nacional:

OE

Financiamento Comunitário:

FCP (PROMAR), FEAMP

(Custos a identificar pela Equipa Técnica Especializada (ETE))

Produtos concretizados

INFRAESTRUTURAS, USOS E ATIVIDADES (RECREIO, DESPORTO E TURISMO)

Enquadramento na Estratégia Nacional para o Mar

DED2-AP2-PA5241-P5241108

DED2 – Infraestruturas, Usos e Atividades

AP2 - Náutica de Recreio, Desporto e Turismo Náutico

Efeito(s) - #4

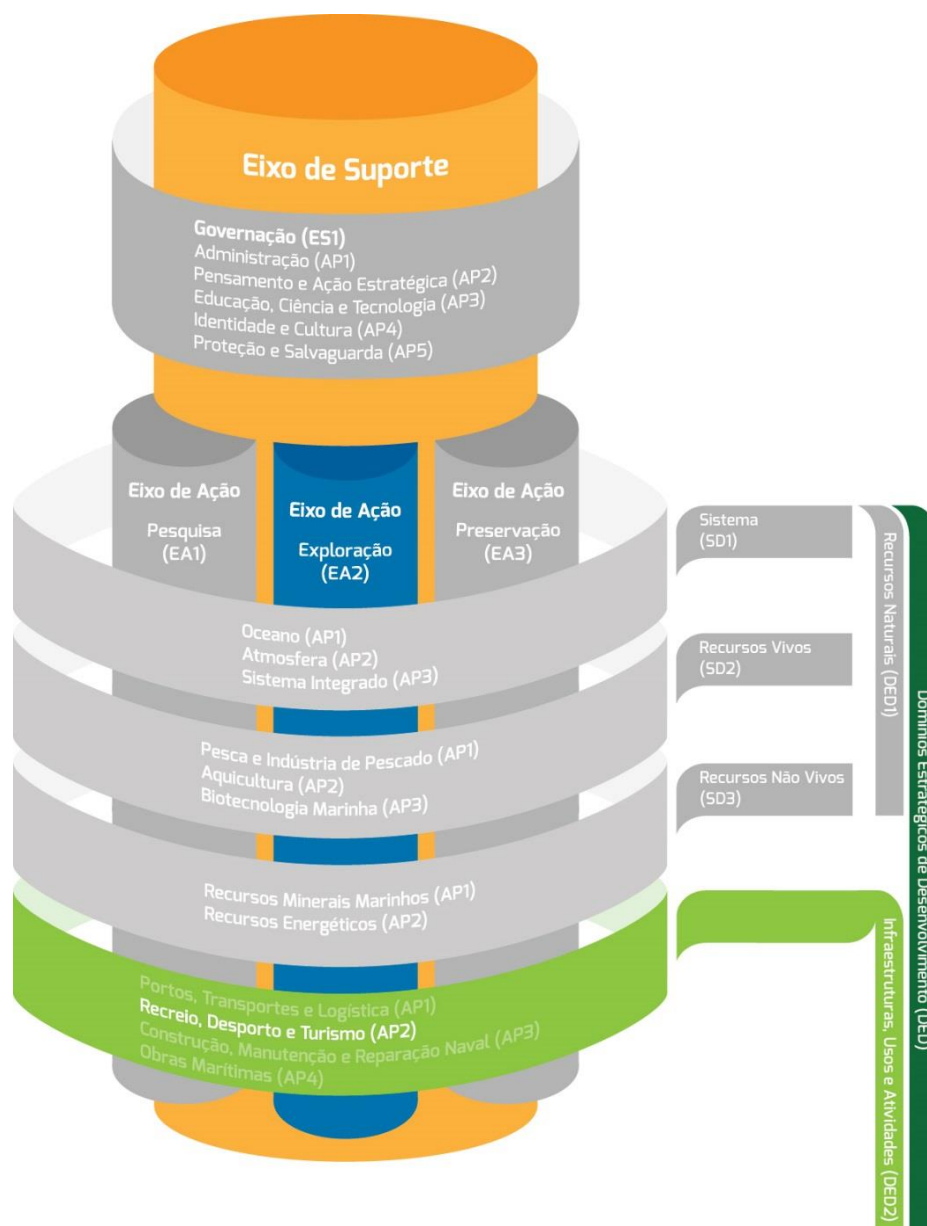
PA - Portugal Náutico

DED2 - INFRAESTRUTURAS, USOS E ATIVIDADES

RECREIO, DESPORTO E TURISMO

Portugal Náutico

Mergulho para Todos



Previsto	Planeamento	Aguarda Execução	Execução
----------	-------------	------------------	----------

Projeto

Mergulho para Todos

Objetivos

- Contribuir para, de uma forma organizada, o contato com o mergulho para o tipo de público, incluindo adaptação para utilização por público com mobilidade condicionada;
- Contribuindo para o desenvolvimento e de competências sociais, promovendo a formação dos jovens e contacto com ambientes saudáveis;
- Sensibilizar para o conhecimento do Mar e do ambiente marinho;

Entidade Coordenadora

Direção-Geral de Política do Mar (DGPM) – MAM em articulação com o Instituto Português do Desporto e Juventude (IPDJ) - PCM

Entidades Participantes - Equipa Técnica Especializada

Ministério da Economia (ME)
- Turismo de Portugal (TP)

Ministério do Ambiente, Ordenamento do Território e Energia (MAOTE)
- Agência Portuguesa do Ambiente (APA)

Ministério da Agricultura e do Mar (MAM)
- Direção-Geral de Política do Mar (DGPM)

Ministério da Educação e Ciência (MEC)
- Agência Nacional para a Qualificação e o Ensino Profissional (ANQEP)

Ministério da Solidariedade, Emprego e Segurança Social (MSESS)

Presidência do Conselho de Ministros (PCM)
- Instituto Português do Desporto e Juventude (IPDJ)
- Municípios

Governo Regional dos Açores (GRA)

Governo Regional da Madeira (GRM)

Outras entidades

- Disabled Divers International (DDI)
- Federações e associações de apoio aos desportos náuticos
- Instituições de ensino públicas e privadas
- Instituições e empresas de desportos náuticos
- Outras entidades identificadas como necessárias ao longo do projeto

Tarefas

1. Promover o mergulho, incluindo adaptação para utilização por público com mobilidade condicionada como elemento diferenciador da oferta turística;
2. Promover de forma continuada a prática da atividade do mergulho junto da sociedade portuguesa;
3. Identificar os parceiros regionais e locais para dinamizar a prática do mergulho através de experiências organizadas.

Resultados Esperados

- Ter uma população jovem e a sociedade em geral consciente das atividades náuticas e disponível para a prática do mergulho, e das suas potencialidades na área da integração e formação;
- Despertar a capacidade de conhecimento de novas áreas e profissões ligada ao Mar.

Calendarização

2013-2016 (em fase de planeamento)

Custos e Fontes de Financiamento

Financiamento Nacional:
OE

Financiamento Comunitário:
Programa Espaço Atlântico, QEC 2014-2020

Produtos concretizados

INFRAESTRUTURAS, USOS E ATIVIDADES (RECREIO, DESPORTO E TURISMO)

Enquadramento na Estratégia Nacional para o Mar

DED2-AP2-PA5242-P5242109

DED2 – Infraestruturas, Usos e Atividades

AP2 - Náutica de Recreio, Desporto e Turismo Náutico

Efeito(s) - #4

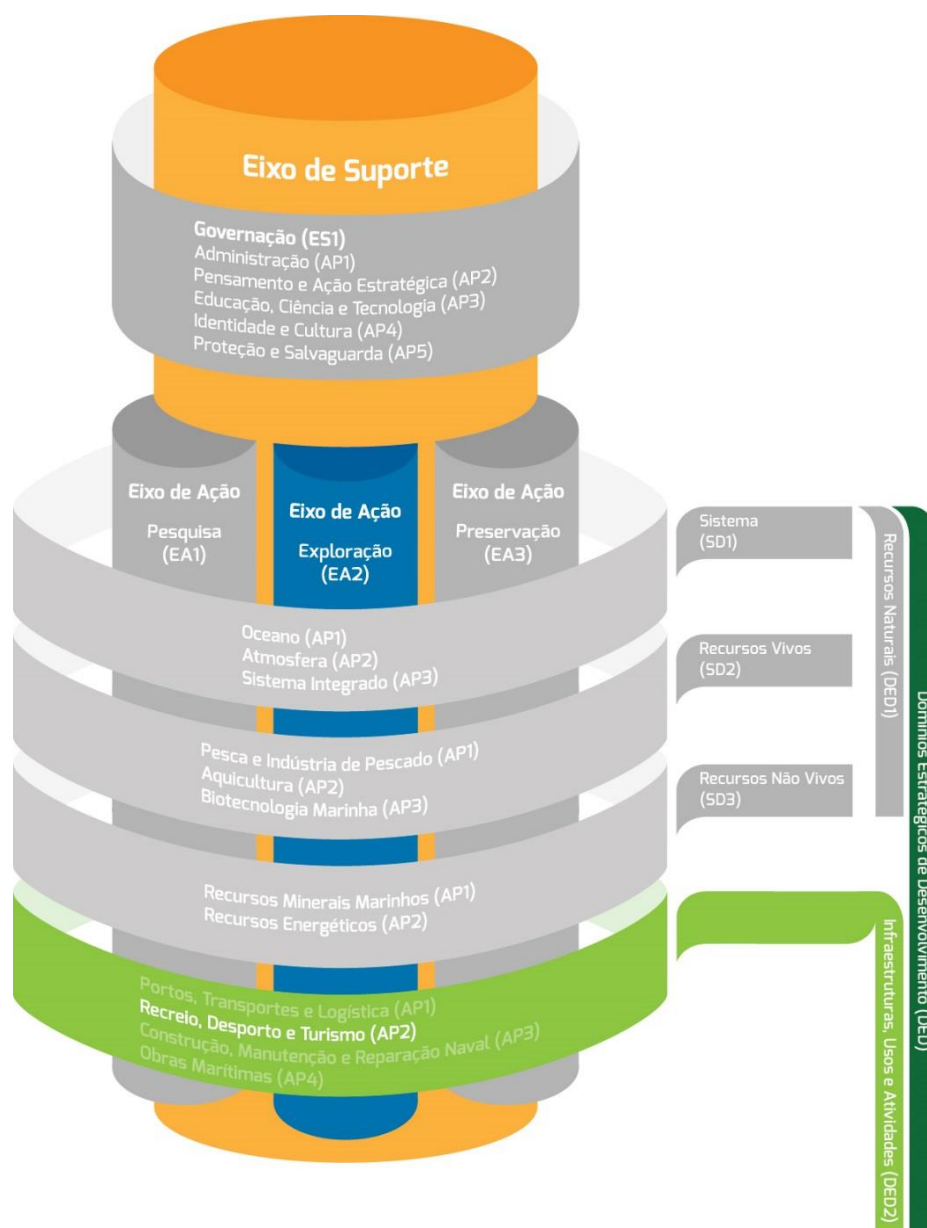
PA - Desporto de Ondas

DED2 - INFRAESTRUTURAS, USOS E ATIVIDADES

RECREIO, DESPORTO E TURISMO

Desporto de Ondas

Surf



Previsto	Planeamento	Aguarda Execução	Execução
----------	-------------	------------------	----------

Projeto

Surf

Objetivos

- Contribuir para desenvolver e consolidar a imagem do surf no Mar-Portugal na dimensão desportiva, económica, social, cultural e ambiental;
- Promover o surf como recurso integrador de valor, de natureza multidimensional e multidisciplinar, potenciador da identidade e da competitividade dos territórios e da coesão e integração social.
- Transformar o Mar-Portugal/Área Atlântica no local de eleição para a prática de surf e eventos associados com *apport* económico.

Entidade Coordenadora

Direção-Geral de Política do Mar (DGPM) – MAM em articulação com - Instituto Português do Desporto e Juventude (IPDJ)

Entidades Participantes - Equipa Técnica Especializada

Ministério da Defesa Nacional (MDN)

- Direção-Geral de Autoridade Marítima (DGAM)

Ministério da Economia (ME)

- Turismo de Portugal (TP)

Ministério do Ambiente, Ordenamento do Território e Energia (MAOTE)

- Agência Portuguesa do Ambiente (APA)

- Comissões Coordenação e Desenvolvimento Regional (CCDR)

Ministério da Agricultura e do Mar (MAM)

- Direção-Geral de Política do Mar (DGPM) – Coordenação

Ministério da Educação e Ciência (MEC)

- Agência Nacional para a Qualificação e o Ensino Profissional (ANQEP)

Presidência do Conselho de Ministros (PCM)

- Instituto Português do Desporto e Juventude (IPDJ)

- Municípios

Governo Regional dos Açores (GRA)

Governo Regional da Madeira (GRM)

Outras entidades

- Associação de Surf da Costa Vicentina e outras associações de apoio aos desportos de onda
- Federação Portuguesa de Surf
- Fórum Empresarial para a Economia do Mar (FEEM)
- Instituições de ensino públicas e privadas
- Instituições e empresas de desportos de onda
- OCEANO XXI
- Organizações Não-governamentais
- Outras entidades identificadas como necessárias ao longo do projeto

Tarefas

1. Identificação dos locais com aptidão para a prática de desportos de onda ao longo da costa portuguesa e identificação de vocações do território;
1. Definição de áreas com aptidão para a instalação de apoios ao surf e da utilização da orla costeira em articulação com os instrumentos de gestão da orla costeira;
2. Definição dos modelos para atividade, compreendendo a atividade organizada e a prática individual;
3. Classificação das ondas em Portugal através de parâmetros objetivos e fundamentados;
4. Avaliação das condições para dar início a um processo de candidatura ao reconhecimento internacional do valor de uma onda.

Resultados Esperados

- Afirmação da atividade do surf e o reconhecimento da sua importância para a economia do Mar.
- Definição do modelo para a utilização ordenada e sustentada da orla costeira para a atividade do surf
- Divulgação e valorização dos valores naturais do Mar–Portugal e das áreas de interesse patrimonial e para a conservação da natureza e ambiente marinho, através da atividade do surf

Calendarização

2013-2017 (em fase de planeamento)

Custos e Fontes de Financiamento

Financiamento Nacional:
OE

Financiamento Comunitário:

Produtos